

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.234.926 - GO (2018/0013205-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **ESTADO DE GOIÁS**  
**PROCURADORES** : **GLAUCO HENRIQUE MATWIJKOW DE FREITAS - GO022626**  
: **ROBERTO FERNANDES DO AMARAL - GO016135**  
**AGRAVADO** : **MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS**  
**ADVOGADOS** : **MANOEL DE OLIVEIRA MOTA - GO002626**  
: **DANILO SIQUEIRA DE REZENDE - GO021926**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DE GOIÁS, em que pretende admissão de recurso especial contra acórdão do Tribunal de Justiça local, que não conheceu do agravo de instrumento, mantendo o deferimento de liminar que determinou o bloqueio, via *bacenjud*, da quantia discutida nas contas do ente federativo.

Passo a decidir.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento segundo o qual a superveniência de sentença de mérito prejudica o exame do recurso especial interposto contra acórdão que, em sede de agravo de instrumento, mantém ou cassa decisão deferitória ou indeferitória de liminar ou de antecipação de tutela.

Isso porque "as medidas liminares, editadas em juízo de mera verossimilhança, objetivam ajustar provisoriamente a situação das partes, desempenhando no processo função de natureza temporária. Sua eficácia se encerra com a superveniência da sentença, provimento tomado à base de cognição exauriente, apto a dar tratamento definitivo à controvérsia" (AgRg no Ag 1.322.825/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 3/2/2011).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. PORTARIA QUE CONCEDE ANISTIA POLÍTICA. LEI 10.559/2002. LIMINAR DEFERIDA PARA SUSPENDER OS EFEITOS DA PORTARIA. PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO NA ORIGEM. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. A superveniência da sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento. Precedentes.

2. Agravo regimental prejudicado.

(AgRg no REsp 1.413.651/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 18/12/2015).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RADIODIFUSÃO. CONCLUSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. MORA. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO. PERDA DO OBJETO.

# Superior Tribunal de Justiça

1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que resta prejudicado, pela perda de objeto, o recurso especial interposto contra acórdão que examinou agravo de instrumento de decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, quando se verifica a prolação da sentença de mérito.

2. Agravo Regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.380.276/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 01/06/2015).

Na presente hipótese, em consulta à página oficial do Tribunal de origem na *internet*, verifica-se que, em 08/10/2018, foi proferida sentença de parcial procedência na ação ordinária ajuizada pelo município agravado, em que se confirmou a liminar concedida em grau recursal, e que consiste no objeto do agravo de instrumento ora impugnado (n. de origem: 0365064.45.2013.8.09.0051).

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente recurso nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator